

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.404 - RO (2019/0340066-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **CONDOMÍNIO PORTAL DAS ARTES**
ADVOGADOS : **OCTAVIA JANE LÉDO SILVA - RO001160**
: **RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO005565**
RECORRIDO : **LEANDRO DA COSTA GANDOLFO**
ADVOGADOS : **EDWILMA CRISTINA ARAUJO DA SILVA - SP337779**
: **LÚCIA MARIA BEZERRA GANDOLFO - RO006759**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONDOMÍNIO. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. 2. PREPARO. DESERÇÃO. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. 3. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 4. DEFICIÊNCIA NA DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 13/STJ. 5. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Condomínio Portal das Artes, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (e-STJ, fl. 593):

Agravo interno. Perda superveniente de interesse. Firmamento de acordo. Alcance. Custas, preparo e sucumbência. Efeitos.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o recorrente alega, além da existência de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 6º, II, da Lei Estadual n. 301/1990; e 20 Código de Processo Civil de 1973, correspondente ao 85, § 10, e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, sob as seguintes assertivas:

(i) existência de contradição, obscuridade e omissões no aresto relevante ao julgamento da lide, notadamente quanto à impossibilidade da análise da apelação interposta pelo recorrido ante a sua deserção e à imprescindibilidade de pagamento dos honorários

Superior Tribunal de Justiça

sucumbenciais aos advogados do recorrente;

(ii) a apelação é deserta, haja vista que à época da interposição do recurso a Lei Estadual n. 301/1990 estava em vigor e exigia que o preparo fosse realizado no percentual de 1,5% sobre o valor da causa, e não sobre o valor da condenação; e

(iii) deve ser mantida a condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados do recorrente, tendo em conta a deserção, a perda superveniente do objeto do recurso e a consignação de que os acordos, firmados entre as partes, não versaram acerca da sucumbência do presente processo.

Contrarrazões às fls. 656-664 (e-STJ).

O apelo extremo foi admitido na origem (fls. 666-667, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte de Justiça.

Brevemente relatado, decido.

De início, observa-se que a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Outrossim, registre-se que, apesar de rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017).

No tocante à deserção, constata-se que o preparo da apelação é disciplinado por regras locais, sendo necessária a apreciação de legislação estadual, o que é vedado, nos termos do enunciado da Súmula n. 280 do STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário", aplicável por simetria.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. É inviável, em sede de recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivos de legislação estadual, circunstância que atrai a aplicação, por analogia, da Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag n. 1.021.580/SP, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 24/3/2009, DJe 6/4/2009).

Quanto aos honorários sucumbenciais, o Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, consignou o seguinte (e-STJ, fl. 600):

Acerca da sucumbência, apesar de o Condomínio Portal das Artes sustentar que esta não foi objeto dos Processos n. 7005119-69.2016.8.22.0001 e n. 7005519-83.2016.8.22.0001, o acordo firmado nos autos mencionados teve por objeto as quotas condominiais cobradas nos presentes autos, além de outras de período posterior. Ressalte-se não ter sido o meio mais adequado para a resolução do conflito existente nos autos, mas por ter resolvido a pendência, apesar de não versar expressamente acerca da sucumbência deste processo, tenho que o firmamento de acordo judicial para o recebimento de débitos controversos alcança também a eventual sucumbência advinda deles.

Assim, porquanto os honorários advocatícios acompanham a sorte do débito principal e cuja constituição depende de uma relação de sucumbência, conforme preceituava o artigo 20 do Código de Processo Civil de 1973 e agora preceitua o artigo 85 do Código de Processo Civil, ambos a seguir transcritos.

Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria. (Redação dada pela Lei nº 6,355, de 1976) Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

Dessa maneira, tendo o pretense credor firmado acordo judicial com o pretense devedor ou terceiro acerca dos débitos discutidos nestes autos, com a devida assistência de seu procurador, sem que se tenha feito a ressalva da manutenção da exigibilidade dos ônus sucumbenciais eventualmente devidos no caso dos autos, tenho que incluídas todas as verbas nos acordos referidos.

Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a

Superior Tribunal de Justiça

pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas dos acordos, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, conforme enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, não se conhece do dissídio jurisprudencial, porque não realizado o devido cotejo analítico entre as hipóteses apresentadas como divergentes, com transcrição dos trechos dos acórdãos confrontados, bem como menção das circunstâncias que os identifiquem ou assemelhem, nos termos do arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Ademais, os paradigmas apresentados oriundos do mesmo Tribunal não permitem a análise do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, por incidir o óbice da Súmula n. 13/STJ.

Diante do exposto, conheço parcialmente do recurso especial, e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília-DF, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator